

Campo de Santana: de charco a palco privilegiado de manifestações populares e oficiais

Campo de Santana: from bog to stage of popular and official manifestations

Ivo Venerotti Guimarães

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEO/UERJ,
Bolsista FAPERJ, pós-graduado em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro.
(Especialização/IGEOG/UERJ), graduado em História pela UERJ.
E-mail: ivo.venerotti@gmail.com

RESUMO:

O Campo de Santana forjou-se a partir do sagrado e foi palco de relevantes acontecimentos no século XVIII, no período Joanino, bem como na monarquia, culminando com a Proclamação da República, em 1889. Este artigo preocupa-se em analisar os diversos usos evidenciados no Campo de Santana, entre 1735 e 1889. Neste recorte temporal, ressaltamos as mais variadas utilizações, de caráter popular e oficial, com impactos de diversas ordens no domínio em questão. Analisar sua história torna-se importante para que compreendamos a importância desse logradouro em nossas pretéritas geografias, elucidando o processo de ocupação de uma porção da urbe carioca.

Palavras-chave: Campo de Santana, Rio de Janeiro, uso popular, uso oficial

SUMMARY:

Despite being attributed a holy name, the Campo de Santana became the stage for many important events in the course of the 18th Century – during the reign of D. João VI and, later, the Brazilian monarchy –, which culminated in the Proclamation of the Republic in 1889. This article seeks to analyse the several events that took place in the Campo de Santana, between 1735 and 1889. This time frame reveals a very broad range of events, both popular and official, with varying impact on the area in question. An analysis of its history is essential to enable us to understand the significance of this public place in our past geography, revealing the occupation process of a part of Rio.

Key words: Campo de Santana, Rio de Janeiro, popular use, official use

Introdução

Campo da Honra, da Aclamação, Praça da Aclamação, Praça da República, mas sempre, na boca do povo, Campo de Santana. O que esse conjunto de topônimos, em um mesmo domínio, pode evidenciar? Nesse caso, alguns dos muitos usos e apropriações do Campo de Santana, ao longo do tempo. Analisá-los, mesmo que de forma breve, é a intenção deste artigo. Interpretar os usos desde o erguimento da ermida dedicada à avó de Jesus, em 1735, até a Proclamação da República, em 1889, aos brados do marechal Deodoro da Fonseca, justamente na área em questão, nos permite entender parte da história e importância do Campo de Santana em tempos pretéritos, além de acrescentar mais um capítulo às diversas geografias escritas sobre o Rio de Janeiro.

Diante do exposto, faz-se necessário situar o Rio de Janeiro no período em que o templo foi levantado. Em meados do século XVIII, a cidade era repleta de charcos, pântanos, mangues, e encontrava-se praticamente limitada entre quatro elevações, quais sejam: Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. Além da parca mobilidade espacial, pois não havia transportes públicos, a urbe situava-se entre os quatro morros também por questões de segurança e praticidade. O tratamento urbanístico desses solos era muito dispendioso, por esse motivo era mais prática a ocupação em localidades já aterradas ou próximas a estas. A rua da Vala (hoje, Uruguaiana) se configurava como o marco entre a cidade e o sertão. Após esta fronteira, existiam caminhos, como o de Capueruçu(1), atravessando um grande descampado alagadiço, mais usado como pastagem de gado, parcamente ocupado. Estamos falando do Campo da Cidade, que se estendia desde o atual Morro de Santa Tereza até o Mangal de São Diogo (correspondente à Cidade Nova dos dias atuais). A partir de 1735, o Campo de Santana vivenciou uma gama de modificações em decorrência de interesses e intenções diversas, como os de ordem religiosa e política, por exemplo. Neste mesmo ano foi erguida a capela dedicada à Santa Ana, derramando o seu topônimo ao que passou a ser chamado de Campo de Santana(2) (GERSON, 2000; CAVALCANTI, 2004; COARACY, 2008).

Campo de Santana: a construção do templo dedicado à avó de Jesus e os impactos urbanísticos empreendidos por D. José Luís de Castro, o conde de Resende

No início do século XVIII, a cidade se expandia pelo litoral na direção sul, alcançando o atual bairro do Flamengo. Contíguo ao urbano, o Campo da Cidade permanecia desabitado, por conta do seu terreno alagadiço. A população, então, começou a requerer à Câmara concessão de terras nesse espaço desvalorizado, datando dessa ocasião o pedido de lote para a edificação da Capela de São Domingos. Esta Irmandade mantinha a imagem de seu santo de devoção na Sé, localizada no alto do Morro do Castelo e, por desentendimentos em decorrência de questões raciais, os devotos de São Domingos encontravam dificuldades em manifestar sua fé(3) (SOARES, 2002). Concessão feita, torna-

se o primeiro imóvel nesses domínios e, justo por isso, cede o seu nome à área, que passou a ser conhecida como Campo de São Domingos(4).

A cidade avançava vagarosamente sobre esse espaço. O que continha de mais distante, em termos de ocupação era, exatamente, a capela de São Domingos. Nesta igreja, passaram a conviver, a partir de 1710, duas Irmandades – São Domingos e Santana. Foi neste ano que os devotos da Mãe de Maria passaram a manter sua imagem, trazida de Portugal, em um altar do santuário. Com o passar do tempo, a convivência entre as duas Irmandades tornou-se conflituosa, por motivos de ordem social e de cor (GERSON, 2000). Como escreve Coaracy (2008, p. 88), ? “desavieram-se entre si os pretos de São Domingos e os crioulos de Sant’Ana. Não admitiam os primeiros que os outros quisessem mandar na casa que era sua” (5). Sendo assim, a Irmandade de Santana lançou, em 1735, os alicerces de sua própria capela, e, conforme a simplicidade toponímica de então, passou a nomear o campo arenoso de outrora (GERSON, 2000).

Até meados do século XVIII, é interessante observar, as igrejas que congregavam irmandades negras ou pardas foram erguidas nos espaços limítrofes da cidade. Podemos exemplificar, além de Rosário e Benedito, São Domingos e Santana, as igrejas de Lampadosa e Santa Efigênia. Tal direcionamento foi motivado, provavelmente, pelo preço da terra, embora ocorressem muitas doações, e/ou pela maior liberdade de culto propiciada pelo distanciamento do núcleo urbano (ABREU, 1999). No que diz respeito à Santana, sua ermida foi erigida sobre um campo arenoso, coberto de vegetação rasteira e de cajueiros, aplainado para tal destinação. O Campo, propriamente dito, não foi saneado em razão do dispendioso custo de execução, o que demandaria o empenho da Câmara, ou mesmo da Corte, cujos recursos eram necessários para que se efetuassem as intervenções urbanas da época, como aterros de lagoas. Na Figura 1 ressalta-se o contraste entre o que já era densamente ocupado pelo Campo de São Domingos, ultrapassando a capela que lhe deu o nome, vizinho do desocupado Campo de Santana, que se mantinha em charco. Destaca-se, igualmente, a maneira como a igreja de Santana era retratada, bem distante da porção habitada, com um único e maltraçado caminho que a transpassava. Para além da rua da Vala notamos duas partes distintas, uma ocupada, por estar contígua à cidade e outra mais distante e erma. Por sua distância e subutilização, parte do Campo de Santana passou a ser utilizado como depósito de lixo e esgoto, mesmo depois da edificação do templo, em meados do século XVIII. Podemos imaginar o estado precário do local pelo relato de Coaracy (2008, p. 88):

era um vasto areal, entremeado dalguns charcos, vestido de flora característica das restingas, em que se destacavam pitangueiras e cajueiros. Tão deserto e abandonado era o Campo de Sant’Ana nos meados do século XVIII, que foi escolhido para despejo de detritos e imundícies. [...] No Campo de Sant’Ana, por ser lugar desabitado e distante mandava a Câmara abrir grandes fossos ou valas onde os tigres [escravos responsáveis por este serviço] despejavam os barris do asqueroso conteúdo.

Esses elementos, que incluem desde a salubridade do campo até a dificuldade de acesso ao local, levam-nos a crer que a igreja bem como suas festas não deveriam atrair uma grande quantidade de fiéis (ABREU, 1999). Esse quadro se alterou no fim do século XVIII, quando do saneamento do Campo, efetivado sob as ordens do vice-rei D. José Luís de Casto, o conde de Resende, entre 1790-1801. Podemos dizer que este nobre acelerou o processo de ocupação desse setor de expansão urbana que sofria pressão tanto do adensamento da urbe propriamente dita, quanto dos engenhos dos jesuítas nos arredores de São Cristóvão, cujas demandas já tinham levado à construção de uma via com pontes e de traçado reto sobre o mangue de São Diogo, cortando o Campo de Santana (CAVALCANTI, 2004).

Sob as ordens do vice-rei D. José Luís de Castro foi realizado o aterramento completo do Campo de Santana. Como mencionado, essas iniciativas de saneamento demandavam grandes recursos. Sendo assim, a série de medidas para urbanizar o Campo só foi possível com a contribuição, por vezes a tributação, dos moradores e proprietários dos terrenos vizinhos. Além da drenagem de todo o Campo, realizou-se o arruamento dos caminhos que convergiam para ele e que dele se irradiavam. O lugar foi retalhado em chácaras, tendo o vice-rei definido suas dimensões oficiais. Todo esse conjunto de medidas propiciou o surgimento de construções no entorno, incorporando-o, efetivamente, ao espaço urbano(6). Podemos notar, portanto, que, somente no fim do século XVIII, o Campo passou a reunir as condições ideais para que se desenrolassem as grandes festas e demais comemorações religiosas em seu perímetro (ABREU, 1999). Consta desta data o registro da doação de uma porção da chácara vizinha à igreja, para que se construísse o que se chamava de ? “império, um pavilhão de pedra e cal, com uma capelinha ao fundo e tendo na frente a plataforma ou terraço onde, em seu trono, o Imperador do Divino recebia, por ocasião das festas, o preito e homenagem de seus súditos” (COARACY, 2008, p. 92)(7).

Esse ritual era um grande acontecimento na cidade, sendo o mais expressivo o do Império do Divino Espírito Santo promovido pela Irmandade de Santana, considerada a festa religiosa mais importante da época, estendendo-se, em algumas oportunidades, por três meses, de maio a julho(8). O ato de coroação do Imperador do Divino contava, não raro, com a presença dos vice-reis. Na Figura 2, podemos notar o requinte das vestimentas utilizadas para esse evento, bem como o registro de algumas pessoas tocando instrumentos, o que confirma o acompanhamento da solenidade com música. Constam, na aquarela, igualmente, pessoas portando bandeiras, além de crianças levantando o vestido da rainha. Durante o fim do século XVIII e início do século XIX, permanecia no Campo de Santana, quase de forma exclusiva, o uso popular religioso. Suas festas, no entanto, passariam a conviver com outras apropriações desse espaço, justamente por conta da chegada da Corte portuguesa. Durante todo o século XIX, a família real portuguesa converteu o Campo em palco privilegiado de suas comemorações, além de ali serem instalados edifícios da administração monárquica, como veremos a seguir.

A chegada da Corte portuguesa (1808): seus impactos sobre o Campo

Com a perspectiva de invasão das tropas napoleônicas a Lisboa, ocorreu a transferência da família real portuguesa para a sua Colônia mais próspera: o Brasil. Em tão pouco espaço dedicado ao artigo, torna-se impossível abordar as inúmeras consequências de tão grandioso acontecimento(10). Limitamo-nos a dizer que toda uma estrutura com base nos princípios civilizatórios europeus foi criada para que o Rio de Janeiro se tornasse a capital do Reino português, única cidade das Américas ou de qualquer colônia a exibir tal condição (ABREU, 1999; CAVALCANTI, 2004).

Particularmente no Campo de Santana, os reflexos da chegada da Corte foram inicialmente sentidos quando o conde de Linhares, ministro real responsável pela nova organização do Exército, escolheu parte da face norte do Campo para a instalação do Quartel do Regimento da Tropa, considerado espaço ideal para exercícios e manobras militares. Tal propriedade consistia na junção de uma chácara doada com duas áreas desapropriadas para esse uso, abrangendo, inclusive, o Império da Irmandade de Santana, demolido para essa finalidade. O processo não foi tranquilo, visto que a Irmandade resistia à destruição do palacete de pedra e cal, recusando, inclusive, que fosse erigido em terra anexa à igreja. A Irmandade passaria, a partir desse momento, a construir um Império provisório sempre que ocorresse a festa do Divino. Iniciado em 1811, o novo quartel só foi finalizado em 1818, embora já estivesse em condições de alojamento desde 1814.

Outra medida que alterou substancialmente a rotina do Campo foi a construção do chafariz público, com águas canalizadas do rio Maracanã. O abastecimento de água era um problema permanente na cidade, pois não dispunha de água encanada, tendo as bicas e os chafarizes, ambos espalhados pela urbe ao longo do tempo, um fator de amenização dessa situação. Cabia aos escravos encher as latas de água que seriam entregues aos seus senhores. Havia, ainda, os vendedores de água, comércio cada vez mais lucrativo na cidade. A obra do chafariz foi iniciada em 1801, durante o vice-reinado de D. José Fernando de Portugal, prolongando-se por mais de dez anos, sendo entregue, de maneira provisória, uma fonte de madeira. Somente em 1818, foi destinada à população a benfeitoria definitiva, de pedra e cal, cuja inauguração contou com a presença do rei D. João VI e do intendente geral da Polícia, Paulo Fernandes Vianna. Com o chafariz, o Campo atraiu um significativo fluxo de pessoas. Era constante a presença de lavadeiras, de escravos, de vendedores de água (que ali enchiam as suas carroças), além dos estudantes quando, ao cair da noite, refrescavam-se nas águas do chafariz das Lavadeiras, assim denominado pela marcante presença das mesmas, com suas roupas e lençóis lavados estendidos nos arbustos do Campo (COARACY, 2008).

Ao longo do século XIX, o Campo teve a sua borda ocupada por edifícios da nobreza e do poder, convertendo-o em centro do Brasil Monárquico (SISSON, 2008). No início do século mencionado habitavam, entre outras personalidades, João Rodrigues de Almeida, futuro barão de Ubá, além de D. Marcos de Noronha, o conde dos Arcos, vice-rei do Brasil

entre 1806 e 1808, e o intendente geral da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Vianna, afora o próprio edifício do órgão sob sua responsabilidade(11). A residência do primeiro converteu-se em Museu Real, inaugurado em 1820, e a do segundo, em Senado do Império, cujos trabalhos iniciaram-se em 1824. Continuando nesse período, observamos a instalação de várias construções expressivas em seu entorno, incluindo importantes prédios públicos, como o Senado da Câmara (1825), a Casa da Moeda (1859) e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Corte (1862), bem como edifícios voltados à instrução e erudição, como o já citado Museu Real (1820), hoje Nacional e transferido para a antiga residência da família real, na Quinta da Boa Vista, e de uma Escola Pública da Freguesia de Santana (por volta de 1870), atualmente Escola Municipal Rivadávia Corrêa (GERSON, 2000; COARACY, 2008). Junto a isso, nos anos próximos à Proclamação da República, o Campo de Santana contava com um dos hotéis mais frequentados na cidade, o Grande Hotel Giorelli, ? que dava café pela manhã, almoço, jantar às 4 e meia e café ou chá com pão e manteiga à noite, tudo por cinco mil réis (imaginamos ser uma quantia razoável), em quarto de solteiro (GERSON, 2000, p. 196). Nesse mesmo tempo, o Império possuía cinco ministérios, dois localizavam-se no Campo de Santana: o Ministério da Guerra e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (GERSON, 2000).

Relevante, também, foi a Estação Dom Pedro II (atual gare da Central do Brasil), inaugurada em 1858, inicialmente voltada para o transporte de mercadorias rurais, conferindo mais um uso para o Campo. Tratava-se da principal estação ferroviária do novo meio de transporte que ligaria o Rio de Janeiro ao cafeeiro Vale do Paraíba. Para tal empreendimento, a igreja de Santana foi arrasada em 1855. A igreja, doravante, seria instalada na rua das Flores, alocada em propriedade governamental, aproveitando as fundações do que seria a cadeia nova. Nessas circunstâncias, a igreja passou a ter, definitivamente, um novo endereço, derramando seu topônimo para o logradouro que passou a ser rua de Santana (GERSON, 2000; ABREU, M., 2006).

Ao longo do tempo, convém repetir, o expressivo rol de eventos do Campo, repleto de festas juninas, coroação do Imperador do Divino, louvores à Santana, afora a ressonância emitida pelo batuque dos negros que veneravam a avó de Jesus, passou a conviver com manifestações oficiais da Corte e do Império. Dentre eles, citam-se as comemorações do casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina de Habsburgo, em 1818, e, mais tarde, com D. Amélia de Leuchtenberg, em 1829, além das aclamações populares de D. João VI em 1818, como rei do Brasil, Portugal e Algarves, e de D. Pedro I, em 1822, e D. Pedro II, imperadores do Brasil, convertendo-o em arena privilegiada das comemorações monárquicas. Estes fatos contribuíram para que o imenso logradouro passasse, oficialmente, a ter denominações como Campo da Aclamação, Campo da Honra, quando da abdicação de D. Pedro I, e Praça da Aclamação. No entanto, o povo insistia em veicular a nomenclatura anterior, qual seja: Campo de Santana (ABREU, 1999; GERSON, 2000; COARACY, 2008).

Prosseguindo no século XIX, o Campo de Santana recebeu o Teatro Provisório, depois Lírico Fluminense. Por causa do incêndio ocorrido em 1851 no mais importante teatro da cidade, o São Pedro de Alcântara, decidiu-se construir um edifício que abrigasse não só os grandes espetáculos dramáticos, mas também os de ópera da cidade. Em poucos meses foi erigido o Teatro Provisório, inaugurado em 1852. Como sugeria o nome, foi erguido para durar três anos, durante as obras de reconstrução do Teatro São Pedro. Este, já pronto com um ano e meio de antecedência, passou a concorrer com o seu substituto. Pensaram em tornar o Teatro Lírico Fluminense definitivo, permanecendo, contudo, apenas até 1875, quando foi demolido sob a ameaça de desabamento (COARACY, 2008).

O Campo de Santana sofreu significativa transformação quando, por meio do tratamento paisagístico inglês, capitaneado por Auguste François Marie Glaziou, passou a ostentar grutas, alamedas, lagos, arbustos, árvores frondosas, cotias, gansos, marrecos, entre outros melhoramentos aprontados entre 1873 e 1880. Foi inaugurado neste ano com a presença do imperador D. Pedro II. Posteriormente, no Campo ocorreu importante efeméride nacional: a Proclamação da República, em 1889, realizada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que residia em frente ao Campo de Santana (MELLO, 1993; COARACY, 2008).

A Proclamação da República encerra o uso oficial monárquico alterando, inclusive, o seu topônimo, qual seja, o de Campo da Aclamação para Praça da República. O uso popular religioso do espaço já vinha sendo paulatinamente enfraquecido, desde a demolição do Império do Divino, em 1811, e da própria igreja de Santana, em 1855, passando pelo tratamento paisagístico do Campo, quando se dificultam, ou mesmo proíbem, práticas religiosas e culturais populares em seu espaço (ABREU, 1999). A República praticamente terminou com o uso popular religioso do Campo em razão das novas diretrizes impostas pela ordem e o progresso na capital do país e a sua perseguição às manifestações populares (CARVALHO, 2006).

Considerações Finais

Ao longo da nossa pesquisa foi possível notar dois usos principais no Campo de Santana, um popular e outro oficial. Por uso popular entendemos os pulsares e festejos intrinsecamente conectados ao sagrado, ou ao lazer e ao trabalho. Em contrapartida, o uso oficial compreende a convergência do Campo em centro político-militar da monarquia, ao longo do século XIX, e pode envolver, igualmente, a participação popular incluída em uma celebração de caráter expressivo para os governantes, rei e imperadores.

Outro aspecto que observamos nas páginas anteriores remete à expressão de uma memória simbólica evidenciada, sobretudo, pela consonância do topônimo do logradouro nascido por causa da igreja em honra à mãe da Virgem Maria. O Campo foi batizado como Santana em 1735, denominação que persistiu, oficialmente, até 1822. A partir de então, com a aclamação do imperador do Brasil, D. Pedro I, o Campo passou a ser da Aclamação. Na

ocasião de sua abdicação, em 1831, nomearam-no Campo da Honra, passando depois à Praça da Aclamação, em 1841, quando da coroação de D. Pedro II. Na ocasião das comemorações pela vitória conquistada na Guerra do Paraguai, em 1870, cogitou-se a mudança do nome para Campo de Marte, o que não ocorreu. Mesmo com todos esses fatos e mudanças de denominações ao longo do tempo, o Campo continuou a ser de Santana no entendimento popular, ainda que tenham ocorrido a demolição da igreja em 1855 e a constante alteração de seu nome desde 1822(12)

Quanto aos usos, podemos evidenciar o uso popular do Campo de Santana desde a edificação do templo dedicado à Santana, em 1735, até o fim do século XIX. No decorrer do tempo, os usos populares, sobretudo o religioso, passaram a ser enfraquecidos com a demolição de construções de apelo popular – igreja de Santana, Império do Divino, chafariz das Lavadeiras, Teatro Provisório/ Lírico Fluminense. Em seguida, a relação cerceamento/ tolerância com as manifestações culturais negras, o tratamento paisagístico do campo e a posterior proibição da presença das tradicionais barracas, que vendiam de tudo em oportunidades festivas religiosas, contribuíram para a perda de seus usos de outrora.

Posteriormente, ao longo do século XIX, o uso oficial do Campo emergiu e instalaram-se residências da nobreza e edifícios do poder, tanto políticos como culturais, como o Quartel General do Regimento, Intendência Geral da Polícia da Corte, Museu Real, Senado da Câmara, Senado do Império, Estação Ferroviária D. Pedro II, Casa da Moeda, Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Corte e a Escola Pública da Freguesia de Santana. Aliado a isso está a escolha do Campo para as comemorações da Corte. Convivem então, lado a lado, as lavadeiras junto ao chafariz, populares buscando se refrescar e espetáculos teatrais com celebrações monárquicas, persistindo, por um tempo e cada vez mais timidamente, o uso popular religioso. Notamos, portanto, que o uso popular e o oficial conviveram, a partir do século XIX, de forma desigual, embora se complementassem, em certos momentos. Essa diferença se torna insuportável, a ponto de um uso afastar o outro, ajustando o espaço a um ideal urbanístico e civilizatório (ABREU, 1994; 1999). As centralidades nos Oitocentos acumularam-se, complementaram-se, contrastaram-se e disputaram entre si.

É possível apontar três momentos que impactaram, sobremaneira, o Campo de Santana. A edificação da igreja forneceu o nome ao local e provocou um afluxo de pessoas aos seus domínios. Foi a intervenção urbana capitaneada pelo conde de Resende, no entanto, que viabilizou o desenvolvimento da área, possibilitando um fluxo maior de fiéis e pessoas diversas ao local e conferiu ao perímetro um uso pertinente ao caráter religioso. Vale ressaltar, que os melhoramentos urbanísticos do conde de Resende propiciaram, anos mais tarde, os diferentes usos que se seguiriam. Devemos considerar o fato de que o Campo esteve pressionado por dois eixos de crescimento da cidade, o urbano e o rural – o caminho para o engenho dos Jesuítas, por exemplo, cortava o campo – colaborando, sobejamente, para a sua posterior ocupação.

Outro marco que deve ser citado diz respeito à chegada da família real portuguesa em 1808, que imprimiu sua marca através da edificação de prédios que davam suporte à administração real, além dos demais ligados à erudição e à cultura, relativos aos princípios civilizatórios europeus, como mencionado, afora a utilização do Campo, a partir desse momento, como palco das comemorações oficiais. Por último, a Proclamação da República encerrou o uso monárquico e cerceou as manifestações populares, sobretudo as negras, praticamente dando fim ao uso popular-religioso do Campo de Santana (ABREU, 1999).

Finalmente, devemos entender o Campo de Santana como espaço privilegiado de sociabilidade durante o século XVIII e XIX. Vale lembrar que poucos eram as oportunidades de encontro no Rio de Janeiro de outrora. Estas ocorriam em festejos religiosos, no teatro e em comemorações de datas expressivas para os governantes. A Festa do Divino, entre outras celebrações religiosas, o Teatro Provisório/Lírico Fluminense, as diversas festas de casamento e as solenidades da monarquia, faziam do Campo o único logradouro do Rio Antigo a reunir todos os momentos nos quais se podia desfrutar da companhia de outros (ABREU, 1999; COARACY, 2008).

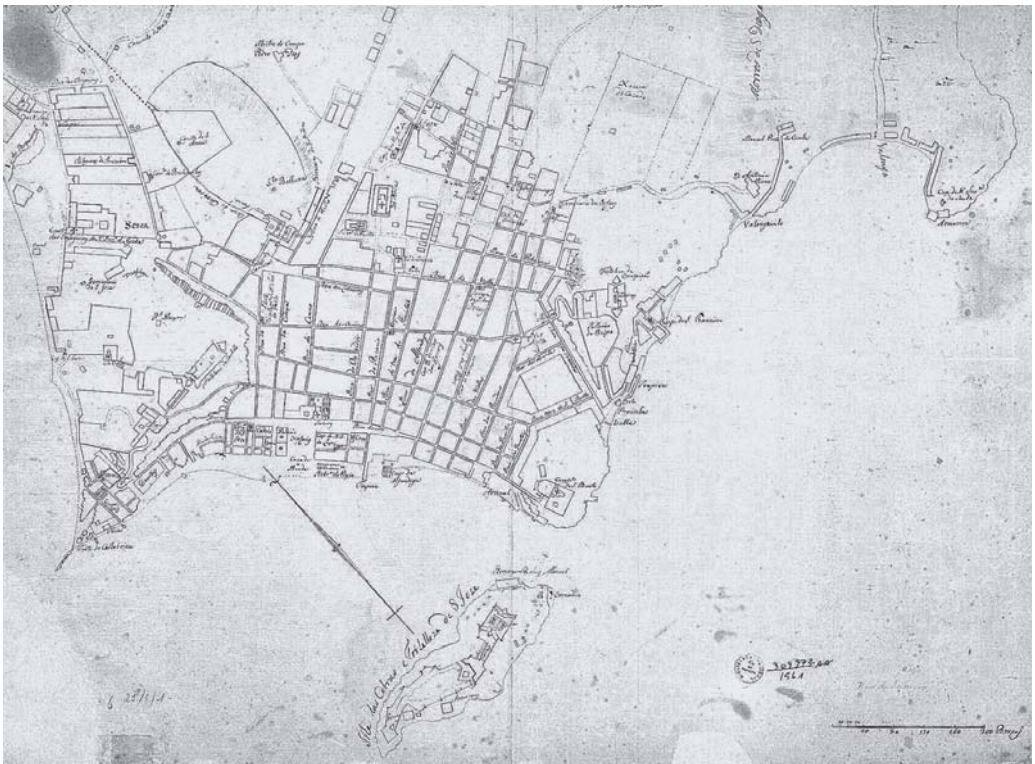


Figura 1 – Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro [entre 1758 e 1760]. Fonte: <http://bndigital.bn.br>.



Figura 2 – Rei e Rainha negros da festa de Reis. Fonte: JULIÃO, Carlos (s/d). Disponível em <http://bndigital.bn.br>.

Notas

1) Tortuoso caminho que ligava a rua Direita (atual rua Primeiro de Março), ao Caminho do Mata Porcos, equivalente à rua Frei Caneca dos dias atuais, e que prolongava-se até São Cristóvão, interligando a cidade aos engenhos dos jesuítas (GERSON, 2000; CAVALCANTI, 2004; COARACY, 2008).

2) Este artigo utiliza o termo Campo de Santana para se referir ao parque e ao seu entorno no período estudado pela pesquisa.

3) Inaugurada em 1583, a igreja Matriz de São Sebastião foi uma das poucas a aceitar irmandades de negros e pardos. Isto posto, ao longo do século XVII organizaram-se quatro devoções, as de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de São Domingos e de Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se em irmandades no mesmo século. As duas primeiras uniram-se em uma só Irmandade: a dos Homens Pretos. Também de Homens Pretos era a de São Domingos. Já a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição era dos Homens Pardos. Dito isto, a partir de 1700, começaram a ser erigidos alguns templos, como pode ser exemplificado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em terreno doado, por uma senhora portuguesa, justo na desabitada rua da Vala, fora das fronteiras da urbe e finalizada em 1725. Outra Irmandade que começou a erguer sua igreja nesse mesmo ano foi a de São Domingos, mais modesta, pronta em 1706, por se tratar de uma fraternidade com menos recursos. Na realidade, as irmandades deixaram a igreja Matriz de São Sebastião em razão das

reclamações referentes ao modo como eram manifestadas suas devoções, repletas de ritmos e cruzamentos das religiosidades católica e do sincretismo derivado dos afro-rituais, em uma sociedade escravocrata. Nas igrejas dessas irmandades outrora instaladas na Sé, principalmente, foram organizadas outras devoções e constituídas outras irmandades de pretos e pardos. Algumas chegaram a se separar das que a originaram ou abrigaram, construindo seus próprios templos. Cita-se, como exemplo, a devoção à Lampadosa, originada na igreja de Nossa Senhora do Rosário, e a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, criada na capela de São Domingos (SOARES, M., 2002).

4) Essa denominação, no século XVIII, não se aplicava mais a toda área fora da cidade, quase sem delimitação, como era o Campo da Cidade, mas passou a designar uma espécie de bairro, dividido em chácaras e com ruas traçadas, tendo seu limiar entre a rua da Vala, o mangue de São Diogo e o pantanal de Pedro Dias (correspondente à rua do Senado e entorno). O Campo de São Domingos foi desmembrado em porções menores, ao longo do século XVIII, como o que viriam a ser o Largo de São Francisco, a Praça Tiradentes (à época Largo do Rocío), o Largo de São Domingos, em frente à igreja homônima, e o próprio Campo de Santana, afora outros largos e praças. Ver Gerson (2000) e Coaracy (2008).

5) Uma vez instaladas na Colônia do Brasil, as irmandades de pretos se organizam regulamentando a entrada de seus membros

segundo a cor (pretos e pardos) e também segundo as nações africanas (angola, mina e outras) (SOARES, M., 2002, p. 61). Além da cor e da procedência, eram também motivos de conflitos as questões de administração dos bens dessas igrejas, que passavam a atrair um crescente contingente de fiéis, além de membros com maiores posses.

6) A administração do conde de Resende promoveu, vale dizer, a drenagem, o aterramento e a abertura de ruas dos espaços contíguos ao Campo, entregando à população a rua dos Arcos, do Lavradio, dos Inválidos, do Resende e Conde da Cunha (atual Visconde de Rio Branco). Iniciou, também, a ocupação do que viria a ser a Cidade Nova, com a abertura da rua Nova de São Pedro (destruída com a abertura da avenida Presidente Vargas, na década de 1940), e das Travessas Formosa (atual rua General Caldwell) e das Flores (atual rua de Santana) (CAVALCANTI, 2004).

7) Muito embora a tradição de coroar reis e rainhas seja associada aos diversos grupos africanos, essa prática, na verdade, vem de Lisboa, com o intuito de reproduzir a sociedade estamental portuguesa no interior de uma irmandade. Nas palavras de M. Soares (2002, p. 68), “a associação dos reinados das folias aos soberanos africanos deve ser buscada não numa referência imediata ao passado individual dos grupos, mas ao modo como já em Portugal esses reinos pagãos foram legitimados no interior do universo cristão. A diferença [entre Portugal e Brasil] é que aqui [...] os reis encabeçam agremiações étnicas [ao invés de reproduzir a sociedade estamental portuguesa], denominadas ‘reinados’, ‘estados imperiais’ ou simplesmente ‘folias’”. Essas folias, assim como as devoções a que estão associadas, constituem verdadeiras linhagens religiosas que se espalham pela cidade. A folia da Lampadosa, inicialmente instalada na igreja do Rosário ? famosa pelas festas do rei Congo ? elege também reis e rainhas. Já as folias de Santana e de Santo Elesbão, ambas alojadas na igreja de São Domingos, elegem imperadores e imperatrizes. A Irmandade de Santana funda o Império do Divino Espírito Santo e a

Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia o Império de Santo Elesbão. A respeito da periodicidade dessa manifestação, sublinha-se que “a folia pode sair às ruas várias vezes ao ano, de acordo com os recursos e a vontade dos reis, mas seu principal compromisso é o comparecimento à festa dos oragos da igreja. A folia se apresenta em trajes especiais cabendo ao rei manto, coroa, cetro e guarda-sol”. (p. 80)

8) Não podemos deixar de citar as comemorações dedicadas à Santana, com uma expressiva atração de fiéis ao Campo, recebendo o seu dia, 26 de julho, as mesmas festividades de outros santos muito populares à época, como Santo Antônio, São João e São Pedro, com “fogueiras, fogos de artifício, reuniões familiares, ladainhas e muita alegria”. (COARACY, 2008, p. 89)

9) Para uma análise mais aprofundada sobre o Império do Divino Espírito Santo, ver Abreu (1999).

10) Em seu profundo estudo, o pesquisador Nireu Cavalcanti (2004) constatou a chegada de 450 a 500 pessoas, entre 1808 e 1822, entre eles 60 membros da alta nobreza. Esse número contrasta com o que foi consagrado pela historiografia, que considera terem chegado entre 15 mil e 20 mil pessoas no período, correspondente a 25% da população do Rio de Janeiro e a 8% da população de Lisboa, à época. Recomenda-se a leitura de sua obra para que se tenha conhecimento dos impactos urbanísticos, econômicos e culturais da chegada da família real sobre toda a cidade.

11) Órgão com atribuições equivalentes ao de uma prefeitura dos nossos dias.

12) Neste ponto, cabe ressaltar, a existência de um nicho dedicado à Santana nos dias atuais, localizado na Estação Central do Brasil. Seja como for, por vontade popular e de conhecimento de todos convivem dois endereços que aparentemente seriam um único: Campo de Santana e, no entorno, Praça da República.

Referências

ABREU, Martha. Festas Religiosas no Rio De Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 183-203. (Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br>>. Acessado em 15 de janeiro de 2010).

_____. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 3ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro: quatro séculos de histórias*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2004.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza - uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. IN: SILVA, S. T.; Viana, O. M. (orgs.). *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

SISSON, Rachel. *Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arco, 2008.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi*, 2002. (Disponível em <<http://www.revistatopoi.org>>. Acessado em 3 de março de 2010).

(Recebido para publicação em 21/09/2011)